

INSTRUÇÃO NORMATIVA DICOP Nº 01 / 2004

Publicada no DOE de 17 junho de 2004

Dispõe sobre a celebração de convênios e procedimentos de contabilização dos recursos financeiros oriundos de convênios celebrados com instituições integrantes dos Governos Federal, Municipal ou de outros Governos Estaduais e de Entidades Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia

O DIRETOR DA CONTABILIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições, e considerando o que dispõe a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF),

RESOLVE:

I. DA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS NA QUALIDADE DE UNIDADE CONVENIADA

1.

Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual deverão observar os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa quando da celebração de Convênios e do recebimento de recursos oriundos de instituições integrantes dos Governos Federal, Municipal ou de outros Governos Estaduais e de Entidades Privadas, no que couber, e em especial os seguintes requisitos:

a)

Existência de previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de convênio;

a.1)

A Unidade Conveniada deverá negociar com a Diretoria do Tesouro – DEPAT, antes da celebração do convênio, visando garantir os recursos necessários à contrapartida e como forma de se adequar a Programação Financeira do Estado e o cronograma de execução do convênio, caso esta contrapartida referir-se a recursos do Tesouro Estadual;

b)

Inclusão do total dos recursos recebidos na lei orçamentária anual;

c)

Que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

d)

Cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

e)

Observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

f)

Vedação da utilização dos recursos transferidos para pagamentos de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista;

g)

Vedação da utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa daquela pactuada.

II. DA CONTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS ORIUNDOS DE CONVÊNIOS

3.

Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual deverão efetuar os procedimentos de contabilização dos recursos financeiros oriundos de convênios firmados com instituições integrantes do Governo Federal, Municipal ou de outros Governos Estaduais e de Entidades Privadas, dispostos no Anexo Único desta Instrução Normativa.

III. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.

Entende-se como unidade conveniada, para efeito desta Instrução, o órgão ou a entidade da Administração Pública Estadual que, havendo firmado convênio com instituição do Governo Federal, Municipal ou de outros Governos Estaduais e de Entidades Privadas, receba recursos financeiros em decorrência deste ato.

5.

Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa Conjunta DICOP / DEPAT Nº 04 / 2000, de 18 de dezembro de 2000.

Salvador, em 16 de junho de 2004.

WALDEMAR SANTOS FILHO

Diretor da Diretoria da Contabilidade Pública

ANEXO ÚNICO

RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIOS CELEBRADOS ENTRE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E INSTITUIÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL, MUNICIPAL OU DE OUTROS GOVERNOS ESTADUAIS E DE ENTIDADES PRIVADAS

FASE I

ABERTURA E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA

PASSO

EXECUTOR E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

1.

Solicitar à Diretoria do Tesouro - DEPAT abertura de conta bancária indicando a instituição financeira onde será movimentado o recurso, quando houver exigência em legislação específica ou no próprio instrumento do convênio.

DEPAT

2.

Providenciar a abertura da conta junto à instituição financeira.

3.

Enviar à unidade conveniada os dados bancários e contábeis da nova conta, indicando o grupo de contas onde devem ser contabilizados.

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

4.

Proceder ao cadastramento da conta contábil no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOFF, observando o grupo de contas indicado pela DEPAT.

5.

Movimentar os recursos mediante utilização de Ordem Bancária Eletrônica - OBE.

FASE II

RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

PASSO

EXECUTOR E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

6.

Verificar o ingresso do recurso financeiro na conta bancária.

7.

Efetuar a contabilização do recurso (a exemplo das fontes 31, 32, 33) indicando a DEPAT, código 3.98.000.002, como unidade de destino.

7.1.

Acessar no SICOF o módulo 7 – Consulta, opção 1 – Cadastramento; selecionar Contas; opção 12 – receita orçamentária e identificar a conta que corresponda à transferência do convênio firmado nas sub-fontes 1.7.6 ou 2.4.7 do plano de contas. Não encontrando a referida conta solicitar à GERAC / DICOP o cadastramento da mesma.

7.2.

Efetuar pesquisa do Evento Contábil a ser utilizado, através do módulo 7 –Consulta, selecionando a opção 1 – Cadastramento e assinalando Pesquisa de Evento.

7.3.

Utilizar o número da conta de receita orçamentária correspondente à transferência do convênio firmado (subitem 7.1. deste anexo) para preencher o campo destinado à conta de receita orçamentária.

7.4.

Na relação de eventos contábeis vinculados à conta de receita orçamentária identificar aquele que corresponda ao banco onde os recursos estão depositados, e efetuar o lançamento.

7.5.

Não sendo encontrado o evento contábil apropriado, informar à GECOR / DICOP a natureza do convênio (se receita corrente ou receita de capital), a conta contábil correspondente ao banco e solicitar cadastramento de evento específico para efetuar o lançamento.

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

8.

Verificar o ingresso do recurso financeiro (a exemplo das fontes 61, 62, 63 e 64) na conta bancária e efetuar a contabilização do mesmo através do módulo 4 - Execução Orçamentária e Financeira, selecionar o item Lançamento, e marcar a opção 1-Lançamento de Receita, indicar a débito conta contábil correspondente a conta bancária da Unidade Conveniada e a crédito a conta 411711001 se receita corrente ou 412411001 se receita de capital e selecionar a conta de receita orçamentária entre as integrantes das sub-fontes 1.7.6. ou 2.4.7 conforme a natureza do convênio.

FASE III

APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS E CONTABILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS

PASSO

EXECUTOR E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

9.

Acompanhar e controlar o fluxo dos recursos no sentido de que os mesmos sempre sejam aplicados no mercado financeiro a partir do momento em que ingressem na respectiva conta bancária.

10.

Quando do registro contábil da aplicação dos recursos, utilizar os seguintes eventos contábeis:

a)

Evento 111 – APLIC. FINANC. OUTRAS BB, para aplicação de recursos no Banco do Brasil.

b)

Evento 121 - APLIC. FINANC. OUTRAS CEF, para aplicação de recursos na Caixa Econômica Federal.

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

11.

Efetuar a contabilização dos rendimentos da aplicação financeira indicando a DEPAT, código 3.98.000.002, como unidade de destino.

11.1.

Acessar no SICOF o módulo 7 – Consulta, opção 1 – Cadastramento; selecionar Contas; opção 12 – receita orçamentária e identificar na rubrica 1.3.2.5 do plano de contas, a conta que corresponda à fonte do convênio firmado. Não encontrando a referida conta solicitar à GERAC / DICOP o cadastramento da mesma.

11.2.

Efetuar pesquisa do Evento Contábil a ser utilizado, através do módulo 7 –Consulta, selecionando a opção 1 – Cadastramento e assinalando Pesquisa de Evento.

11.3.

Preencher o campo destinado à conta de receita orçamentária.

11.4.

Na relação de eventos contábeis vinculados à conta de receita de aplicação financeira identificar a conta de aplicação financeira que corresponda ao banco onde os recursos estão aplicados e efetuar o lançamento.

11.5.

Não sendo encontrado o evento apropriado, informar à GECOR / DICOP, o banco onde os recursos estão aplicados, e solicitar o cadastramento de evento contábil específico para efetuar o lançamento.

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

12.

Efetuar a contabilização dos rendimentos da aplicação financeira através do módulo 4 - Execução Orçamentária e Financeira, selecionar o item Lançamento, e marcar a opção 1-Lançamento de Receita, indicar a débito conta contábil correspondente a conta bancária da Unidade Conveniada e a crédito a conta 411311.001 e selecionar a conta de receita orçamentária que corresponda à fonte do convênio firmado, entre aquelas integrantes da rubrica 1.3.2.5 do plano de contas.

FASE IV

RESGATE DOS VALORES APLICADOS E DOS RENDIMENTOS AUFERIDOS

PASSO

EXECUTOR E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

13.

Promover o registro contábil do resgate dos valores aplicados e dos seus rendimentos à medida que os utilize para atender aos seus gastos, utilizando os eventos contábeis a seguir:

a)

Evento 117 – RESG. APLIC. FINANC. OUTRAS BB, para aplicação no Banco do Brasil.

b)

Evento 122 - RESG. APLIC. OUTRAS CEF, para aplicação na Caixa Econômica Federal.

FASE V

DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS DOS CONVÊNIOS E DOS RENDIMENTOS DELES AUFERIDOS

I. RATEIO DE RENDIMENTOS FINANCEIROS A SEREM DEVOLVIDOS

PASSO

EXECUTOR E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

14.

Efetuar o rateio dos saldos dos rendimentos de forma proporcional aos percentuais de participação de cada um dos convenientes na composição dos recursos do convênio e proceder à devolução juntamente com os recursos não utilizados.

II. RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE

A)

Dos Governos Federal, Municipal ou de outros Governos Estaduais e de Entidades Privadas

PASSO

EXECUTOR E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

15.

Proceder à anulação da receita indicando como unidade de destino a DEPAT, código 3.98.000.002 quando administração direta, ou indicando a própria Entidade quando administração indireta.

15.1.

Efetuar pesquisa do evento contábil específico para anulação de receita, através do módulo 7 – Consulta, selecionar a opção 1 – Cadastramento e assinalar Pesquisa de Evento.

15.2.

Preencher o campo destinado à conta de receita orçamentária utilizando o mesmo número da conta identificada no subitem 7.1. deste anexo.

15.3.

Na relação de eventos contábeis vinculados à conta de receita orçamentária identificar aquele que corresponda a anulação da receita e efetuar o lançamento.

15.4.

Não sendo encontrado o evento apropriado, solicitar à GECOR / DICOP o cadastramento de evento específico para efetuar o lançamento, informando a natureza do convênio (se receita corrente ou receita de capital).

16.

Realizar a devolução extra-orçamentária do recurso, através da rotina de Inclusão de Pagamento Extra-orçamentário - opção 7 – Depósitos.

B)

Do Governo Estadual - Contrapartida

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

17.

Executar a rotina adequada à origem do recurso indicando a DEPAT código 3.98.000.002 como unidade de destino do recurso a ser devolvido:

a)

Efetuar a Movimentação de Recursos Bancários – MRB, indicando como destino a conta 111.211.101 - Conta Única do Tesouro Estadual;

b)

Enviar ofício à DEPAT informando o valor total do recurso devolvido, anexando cópia do respectivo Histórico de Pagamento.

III. RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

A)

Dos Governos Federal, Municipal ou de outros Governos Estaduais e de Entidades Privadas.

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

18.

Devolver o saldo orçamentariamente utilizando o elemento de despesa 93 - Indenizações e Restituições, a fonte de despesa correspondente à de execução do convênio e a modalidade de transferência adequada.

B)

Do Governo Estadual – Contrapartida

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

19.

Executar a rotina adequada à origem do recurso:

a)

Efetuar a Movimentação de Recursos Bancários – MRB, indicando como destino a conta 111.211.101 - Conta Única do Tesouro Estadual e a DEPAT, código 3.98.000.002, como unidade de destino do recurso a ser devolvido;

b)

Enviar ofício à DEPAT informando o valor total do recurso devolvido, anexando cópia do respectivo Histórico de Pagamento.

FASE VI.

ACOMPANHAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA E CONTÁBIL

UNIDADE CONVENIADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

20.

Providenciar os extratos e documentos de suas respectivas contas bancárias.

21.

Emitir razão das contas contábeis envolvidas.

22.

Efetuar a conciliação bancária.